

CNTS define diretrizes para fortalecer Sistema Confederativo

Fotos: Julio Fernandes/Ag. Fulltime

Após intenso processo de debates, os delegados(as) participantes do **Congresso Nacional Extraordinário da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde** aprovaram diretrizes que servirão de base para que a Confederação e suas entidades filiadas e vinculadas possam fortalecer sua atuação e manutenção do Sistema Confederativo da CNTS. A expectativa é no sentido de que, após o controle da pandemia da Covid 19, as entidades devem retomar o debate e definir formas de implementação das metas aprovadas pelos congressistas.

O Congresso teve como tema central “Valorizar os Profissionais de Saúde é Valorizar a Vida” e reuniu dirigentes sindicais da saúde representantes das federações filiadas e sindicatos vinculados, no período de 10 a 12 de março de 2020, em Luziânia-GO. Dentro do tema central, os debates abordaram a Conjuntura, Perfil e Ações para Valorização dos Trabalhadores da Saúde; Fortalecimento e Organização Sindical do Sistema Confederativo da CNTS; e Sustentabilidade Financeira das Organizações Sindicais do Sistema Confederativo da CNTS.

Manutenção e fortalecimento do Sistema Confederativo da CNTS e propostas que visam valorizar os trabalhadores da saúde foram acordadas, como a regulamentação em lei da Política de Saúde e Segurança no Trabalho; defesa da aprovação do PLS 298/2017, que estabelece a restrição das jornadas de 12 horas de trabalho por 36 de descanso ininterrupto; e campanha de sensibilização para prevenir, tratar e dar acompanhamento aos profissionais acometidos por doenças psicológicas.

Em relação à sustentabilidade financeira das entidades aprovaram a implementação do pagamento de uma contribuição mensal para manutenção do sistema Confederativo. A contribuição aprovada tem caráter provisório e terá vigência até que seja definido em lei forma de sustentação financeira das entidades sindicais. E firmaram compromisso político de cumprir com o que foi estabelecido, visto que esta será a única possibilidade de manter o sistema confederativo funcionando, dando possibilidade para que as entidades possam se manter e cumprir com seu papel de representação da categoria profissional em suas áreas de atuação.

Em relação ao fortalecimento e organização



sindical do sistema confederativo da CNTS, os delegados (as) aprovaram que, onde não houver federação integrante do sistema confederativo da CNTS, fica aberta a possibilidade de os sindicatos vinculados se filiarem diretamente à Confederação, mantendo-se, porém, maior peso político das federações em relação aos sindicatos diretamente filiados.

Um manifesto em que reafirmam total apoio aos profissionais da saúde, que atuam na linha de frente para o atendimento da população vítima do Coronavírus, foi aprovado e encaminhado ao Ministério da Saúde, secretarias estaduais de Saúde, conselhos de Saúde e às instituições públicas e privadas do setor, exigindo para estes profissionais toda a capacitação adequada para o atendimento, além de proteção e segurança necessárias para o bom desempenho de suas funções.

Os congressistas aprovaram, também, moção de repúdio, em que manifestam o mais veemente repúdio ao governo de Jair Bolsonaro, diante do retrocesso social e dos constantes ataques à democracia. A mensagem cita que a situação política, econômica e social do país é cada dia mais grave e que o presidente da República afronta sistematicamente a Constituição, a democracia, o parlamento, o Judiciário, os movimentos sociais, os sindicatos de trabalhadores, os conselhos de classe, a liberdade de expressão e de imprensa.

Estratégias

“O debate foi extremamente profundo e atingimos os objetivos do Congresso, de estabelecer uma agenda com questões e ações para a valorização da categoria profissional”, avalia o secretário-geral da CNTS e coordenador da comissão organizadora do evento, Valdirlei Castagna. Segundo ele, o Congresso criou diretrizes importantes que certamente a CNTS trabalhará de acordo com elas.

“Os dirigentes que participaram do Congresso disseram claramente para a CNTS: o sistema confederativo precisa continuar existindo. E a partir desta definição, inclusive, acordaram por definir uma forma de contribuição financeira para manter o sistema como um todo, não apenas os sindicatos, mas também as federações e a Confederação. Temos de criar estratégias para implementar o que foi discutido e ir atrás para efetivamente implantar o que é o pensamento dos dirigentes da categoria manifestado no evento”.

O tesoureiro-geral da Confederação, Adair Vassoler, fez uma avaliação positiva do Congresso. “Tivemos um número satisfatório de delegados representando sindicatos e federações, o que proporcionou propostas que vão ao encontro das necessidades que as entidades enfrentam. Com este encontro a CNTS está sendo pioneira para que a classe trabalhadora encontre outras formas de sobrevivência e de representação do



trabalhador e da sociedade em geral. As propostas aprovadas nos indicam caminhos para contrapor o governo e as medidas que ele vem adotando para o enfraquecimento e precarização do movimento sindical”, disse.

Vassoler avaliou que as propostas não vêm resolver o problema do financiamento do movimento sindical, mas darão fôlego a mais para que as entidades continuem desenvolvendo suas atividades na representação da sociedade e da classe trabalhadora junto ao Congresso Nacional e demais instituições. “Dois pontos muito positivos foram os manifestos aprovados. O primeiro, contrário a este governo, que vem de todas as formas atacando o movimento sindical e a sociedade em geral. O outro, de

extrema importância, endereçado ao Ministério da Saúde, para que garanta as condições de trabalho e segurança aos trabalhadores da saúde no atendimento à população durante a pandemia do Coronavírus”.

O então presidente interino da CNTS, João Rodrigues Filho, ressaltou a importância de que as diretrizes aprovadas vão permitir a todo o Sistema Confederativo trabalhar de forma harmoniosa, no enfrentamento das medidas propostas pelo Executivo e pelo Legislativo, visando o fim da sociedade organizada. “Somos um país de desempregados e subempregados e agora são os trabalhadores dos sindicatos, federações, confederações e centrais fechando as portas e o patrimônio está indo pro lixo”, alertou.

O Congresso contou com a parceria do Dieese na assessoria técnica, com facilitadores junto aos grupos de trabalho e plenária final e na elaboração do relatório final. As diretrizes e os objetivos das atividades a serem desenvolvidas no Congresso foram aprovadas em conjunto. O trabalho do Dieese no desenvolvimento da metodologia a ser aplicada para a realização das atividades nos grupos se pautou pelo “Texto-base para discussão do Congresso Nacional Extraordinário da CNTS”, elaborado por equipe técnica da CNTS, sob a coordenação da Comissão Organizadora. O trabalho em grupo e definição das propostas contou com o apoio dos técnicos do Dieese Thomás Ferreira Jensen, Yonaré Flávio de Melo Barros e Max Leno de Almeida.

“Devemos trabalhar em conjunto para enfrentar as mudanças”

Fotos: Julio Fernandes/Ag. Fulltime

“Se não fizermos a defesa veemente da saúde, educação e previdência pública como direito social vamos retroagir um século”, alertou o diretor técnico do Dieese, Fausto Augusto Júnior, durante palestra magna sobre O Futuro do Sindicalismo - Desafios e Perspectivas em um Contexto de Mudanças. Ele chamou atenção para as alterações nas relações de trabalho, alterações de poder entre os países e as mudanças tecnológicas, com interferência e redução do papel do Estado. “O problema não é do Brasil, nem do atual governo, mas da crise do capitalismo global. E o trabalhador ficou fora do debate. Devemos trabalhar em conjunto para enfrentar as mudanças”.

Especificamente na área da saúde, Fausto Júnior destacou que o sistema é um grande negócio hoje no mundo. “E não só no atendimento, mas em toda a cadeia tecnológica em saúde”. O complexo produtivo na área da saúde inclui a indústria de base química e biotecnológica, indústria de base eletrônica e de materiais e seus respectivos prestadores de serviços – hospitais, ambulatórios, etc.

O diretor do Dieese criticou o fato de que a saúde privada no Brasil está nas mãos de organizações mundiais voltadas aos negócios. “As policlínicas baseadas no modelo chileno estão levando à destruição do Sistema Único de Saúde e são os seguros que estão resolvendo os problemas da saúde”. Isso, segundo ele, resulta em trabalhadores com menores salários e piores condições de trabalho.

“As propostas deste novo modelo de relações trabalhistas visam à aniquilação do movimento sindical, mas não acredito no fim do movimento sindical. Enquanto existir exploração, haverá trabalhadores que vão se rebelar”, ressaltou Fausto Júnior. As mudanças no Brasil, avaliou, visam não apenas a asfixia financeira das representações dos trabalhadores, mas também a ação política, social e sindical. “Se não compreendermos esta lógica não vamos superar esse momento



e as mudanças vão ocorrer conosco ou ‘sem nosco’.”

Fausto Júnior orientou que é preciso definir como representar o trabalhador nas várias formas de contrato e relações de trabalho, lembrando que a situação mais grave envolve os trabalhadores informais, pela dificuldade de se organizarem.

“O trabalhador não é o mesmo de 20 ou 30 anos atrás. Casa vez mais as categorias são diferenciadas e contratadas de formas diferentes”.

A solução, propõe o diretor do Dieese, é brigar coletivamente. “É preciso ter organizações mais horizontais, a partir de construções coletivas; conversar com o trabalhador; saber usar as mídias sociais. E quem vai puxar essa luta são os trabalhadores da saúde e da educação”.

Saúde privada

Fausto Júnior apresentou dados que apontam que, ao longo dos últimos anos (2006-2016), cresceu o número de estabelecimentos de saúde privada no Brasil, chegando, em 2016, a 177.542 unidades, porém, com predominância das microempresas (89%), com 1 a 9 trabalhadores. No mesmo período houve crescimento do número de postos de trabalho, porém, a rotatividade alcança um a

cada quatro trabalhadores, cerca de 500 mil/ano, e os trabalhadores admitidos recebem, em média, 10% a menos que os desligados. Já o número de operadoras de planos privados de assistência médica cai anualmente: em 2001 havia 1.336 operadoras com beneficiários e em julho de 2018 eram 755.

Ao avaliar pontos específicos das propostas de emendas do governo federal apresentadas ao Congresso Nacional, Fausto Júnior alertou que o Plano Brasil Mais trata de um conjunto de medidas, divididas em três PECs - Propostas de Emenda Constitucional, que versam sobre o que tem sido chamado de “3 D” – desvincular, desobrigar e desindexar o orçamento.

Ele citou a PEC 186/2019, do Pacto Federativo, que cria instrumentos de ajuste fiscal para estados e municípios e de desvinculação de verbas, mudando a divisão de recursos entre União, estados e municípios. Com a PEC 187/2019, Emergencial, segundo ele, o governo propõe que, com o desenquadramento da “Regra de Ouro” para a União, estados e municípios – despesa corrente líquida ultrapassa 95% da receita corrente –, poderá realizar restrições aos gastos, em prejuízo dos trabalhadores. E com a PEC 188/2019, dos Fundos Públicos, o governo propõe ampla revisão desses instrumentos, que somariam 281 fundos e recursos de R\$ 220 bilhões. As três PECs estão em tramitação no Senado Federal.

Debates apontam novos rumos para a organização sindical

Fotos: Julio Fernandes/Ag. Fulltime

A necessidade de reorganizar o movimento sindical diante de novas legislações trabalhistas, que precarizam os direitos dos brasileiros e que instituem novas formas de contratos e relações de trabalho, foi o mote central da solenidade de abertura do **Congresso Nacional Extraordinário da CNTS**.

Os congressistas aprofundaram o debate sobre de que maneira o movimento sindical precisa agir para combater o avanço dos retrocessos e buscar formas que visem o fortalecimento das instituições. Além de procurar soluções para valorizar os trabalhadores diante da incerteza política que ronda o país.

Em sua mensagem inicial, a CNTS ressaltou o momento para a análise séria e profunda dos desafios do movimento sindical ante os ataques que visam paralisar as representações e a definição de ações para valorizar os profissionais. E que o movimento sindical precisa estar forte para enfrentar as tentativas de subjugar os direitos dos trabalhadores e somente com ações conjuntas e pauta unificada será possível enfrentar as ameaças frequentes.

E destacou os objetivos de ampliar sua interlocução com a base – federações filiadas, sindicatos vinculados, trabalhadores da saúde – e com a sociedade em geral, diante do estado calamitoso em que se encontram a economia e a saúde pública no país. Além de contribuir na preparação dos dirigentes sindicais para a participação nos espaços de debate, na expectativa de traçar caminhos para a solução das demandas das entidades e da categoria que representa.

Na ocasião, a CNTS homenageou as companheiras, que compõem expressiva maioria entre os trabalhadores da saúde, pela passagem do Dia Internacional da Mulher. E apresentou vídeo em homenagem póstuma ao dirigente Jânio Silva, tesoureiro-adjunto da Confederação, que faleceu dia 12 de janeiro de 2019.

“Há seres humanos que, pela grandeza de que se revestem e pela importância da obra que realizam, transcendem o tempo que lhes é dado viver. Jânio foi sempre um parceiro leal nas batalhas em defesa do SUS, dos trabalhadores e de uma sociedade justa para todos”, em sua atuação como diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal de Santa Catarina; presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Saúde de Florianópolis e Região; presidente da Federação dos Trabalhadores de Saúde de Santa Catarina e dirigente da CNTS.



Novos rumos

“Enquanto existir exploração, haverá trabalhadores que vão se rebelar. Este é o momento de adotarmos novas formas de atuação diante do projeto de governo, que visa a aniquilação do movimento sindical. Temos que conversar com o trabalhador a partir de problemas como educação, saúde, previdência. Quem vai puxar esta luta são os trabalhadores da educação e da saúde”, avaliou o diretor técnico do Dieese, Fausto Augusto Júnior, durante a palestra magna sobre Desafios e Perspectivas em um Contexto de Mudanças.

Para o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI e da Nova Central, José Calixto Ramos, o momento é de perseverança. “Não podemos e nem devemos esmorecer. Sindicato é luta, é solidariedade, é uma trincheira, talvez a única, não apenas para lutar e defender o trabalhador, mas também para orientá-lo. Temos tempo para superar as dificuldades. O momento é de reflexão, de estreitar mais os laços e da solidariedade”.

José Pinto Motta Filho, assessor jurídico da CNTS, ressaltou que “o grande desafio do Congresso é ter um novo olhar para os jovens, para os desempregados e trabalhar na renovação das lideranças e formas de atuação”.

Na mesma linha, o presidente da Federação dos Empregados em Estabelecimentos em Serviços de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul - Feessers, Milton Kempfer, ressaltou que “a luta se faz ao andar e sempre encontraremos caminhos. O congresso acontece em um momento importante no sentido de buscarmos mudar a forma de lutar e de nos relacionar. Vamos construir algo novo”.

Maria Salete Cross, presidente da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos em Serviços de Saúde do Estado de Santa Catarina - Fetessesc, parabenizou as mulheres e ressaltou a necessidade de o movimento sindical traçar novos rumos para se manter vivo. “Temos que

aprender a fazer apanhando e devemos construir uma proposta que contemple a luta e as demandas dos trabalhadores em todos os estados e municípios”.

O presidente da Federação dos Empregados em Estabelecimento em Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul - Feessaúde/MS, Osmar Gussi, acompanhou a fala de Maria Salete: “Estamos aqui para contribuir e achar novos caminhos para amenizar os prejuízos”. Em nome da Federação Nacional dos Técnicos e Tecnólogos em Radiologia - Fenattra, Valteci Araújo complementou no sentido de que “os trabalhadores têm que fazer história e não deixar que outros façam”.

Necessidade de reinventar

A secretária sub-regional da ISP - Internacional de Serviços Públicos, Denise Motta Dau, alertou que o momento é de reivindicar e se reestruturar. “Vamos superar as dificuldades, mas não com a mesma prática. Temos de trazer novos temas, mais mulheres, mais público jovem para a luta. A resposta vem de nós e não do Supremo ou do Parlamento”.

“O Congresso da CNTS traz temas importantíssimos e fundamentais para que o movimento sindical busque novos caminhos. Temos de estar unidos em torno dos problemas de todas as categorias”, afirmou o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresa de Crédito - Contec, Lourenço Ferreira do Prado.

O secretário-geral da CNTS e coordenador da comissão organizadora do Congresso, Valdirlei Castagna, falou da oportunidade e importância do debate, destacando as posições pela negociação entre empregadores e entidades sindicais. “É unânime que devemos buscar o fortalecimento da negociação coletiva, com base na realidade, inclusive visando incluir a sustentabilidade da organização dentro da negociação, além de buscar garantias para os que estão fora dos contratos formais de relações de trabalho”.



Diretrizes aprovadas no Cong

Os delegados (as) do Congresso Extraordinário da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde - CNTS, reunidos na plenária final realizada no dia 12 de março de 2020, após os debates dos grupos de trabalho, aprovam as seguintes diretrizes, as quais deverão nortear a atuação da direção da entidade. Para tanto, deverão ser buscadas formas de viabilizar as seguintes medidas, para as quais a entidade deverá:

Tema 1 Conjuntura, Perfil e Ações para Valorização dos Trabalhadores da Saúde

- Propor alteração na legislação no sentido de permitir aos sindicatos dos trabalhadores que ingressem na justiça do trabalho para instaurarem o dissídio coletivo sem a necessidade de anuência do sindicato patronal;
- analisar os impactos da reforma trabalhista sobre os trabalhadores da saúde e elaborar projetos de lei, pressionando o Congresso Nacional, para a revogação de perdas de direitos dos trabalhadores decorrentes da reforma trabalhista;
- atuar conjuntamente com as federações e sindicatos pela criação e regulamentação de pisos salariais estaduais;
- continuar a luta pela implantação do Piso Salarial Nacional e regulamentação da Jornada de Trabalho para toda a categoria;
- atuar pela regulamentação em lei da Política de Saúde e Segurança no Trabalho para os trabalhadores na saúde;
- atuar para que a legislação criminalize o assédio moral, da mesma forma como já ocorre com o assédio sexual;
- formalizar proposta de um imposto cujos recursos arrecadados pela União sejam destinados exclusivamente ao financiamento do Sistema Único de Saúde;
- promover estudos sobre o valor do salário necessário para remunerar dignamente o trabalhador da saúde;
- em parceria com as federações e sindicatos filiados e/ou vinculados, desenvolver oficinas de capacitação e preparação de dirigentes sindicais para as negociações coletivas de trabalho;
- atuar no fortalecimento das negociações coletivas de trabalho com vistas à discussão da pauta dos trabalhadores representados, especialmente na redução da jornada de trabalho e na regulamentação da jornada 12 por 36;
- divulgar junto aos trabalhadores da categoria profissional o PLS 298/2017, que inclui a obrigatoriedade de participação dos sindicatos de trabalhadores nas negociações relativas à jornada 12 por 36;
- apropriar-se da campanha da OMS e OPAS a qual definiu que 2020 é o ano da



Manoel Miranda, João Rodrigues, Adair Vassoler, Valdirlei Castagna e Terezinha Perissinotto, membros da comissão organizadora do congresso

enfermagem, desenvolvendo materiais e atividades relacionadas ao tema (principalmente na época atual do Coronavírus);

- promover palestras sobre a Convenção 190 da OIT, visando a conscientização e necessidade de desenvolver ações de combate ao assédio em todas as suas formas no ambiente de trabalho, especialmente junto às entidades do Sistema Confederativo em que ocorram casos de assédio, procurando envolver também os assediadores;
- criar campanha de sensibilização para prevenir, tratar e dar acompanhamento aos trabalhadores acometidos por doenças psicológicas;
- dar efetividade aos protocolos existentes de proteção aos profissionais da saúde no atendimento aos pacientes com suspeita de doenças infectocontagiosas;
- atuar para a alteração da NR 15, anexo XIV, no sentido de que se adeque à realidade do ambiente de trabalho hospitalar;
- criar uma campanha de conscientização para se evitar o uso do uniforme fora do local de trabalho (em cumprimento à NR 32);
- criar mecanismos para compreender e combater o avanço das organizações internacionais na área da saúde e, respeitando a autonomia das entidades de base, negociar em favor dos trabalhadores quando necessário;
- desenvolver e apoiar campanhas junto à sociedade da importância do SUS e lutar

pela elevação das verbas orçamentárias para o financiamento da saúde pública;

- orientar as entidades sindicais da Radiologia sobre como denunciar junto ao Ministério Público do Trabalho em face à ocupação de espaços profissionais dessa categoria por profissionais biomédicos;
- atuar pela ratificação da Convenção 190 da OIT que prevê o enfrentamento da violência de gênero no local de trabalho, envolvendo as questões relativas ao assédio moral e sexual;
- atuar junto ao Conselho Federal de Enfermagem - Cofen e aos Conselhos Regionais - Corens para que atuem na identificação de condições de sobrecarga de trabalho, que geram adoecimento psicológico e mental nos trabalhadores da saúde.

Tema 2 Fortalecimento e Organização Sindical do Sistema Confederativo da CNTS

- Propor estratégias e ações para o fortalecimento do Sistema Confederativo da CNTS;
- fomentar o fortalecimento e união com outras forças em nível nacional, alinhando políticas em comum;

Congresso Extraordinário da CNTS

Fotos: Julio Fernandes/Ag. Fulltime

- onde não houver Federação integrante do Sistema Confederativo, fica permitida a possibilidade dos Sindicatos vinculados de se filiarem diretamente à CNTS. Deverá ser criada regra que regule o direito de voto das entidades filiadas à CNTS, quando da participação destas nos espaços deliberativos a que terão direito, assim previstos no estatuto social, de modo a garantir, que o “peso” decisório das federações será sempre superior ao “peso” decisório dos sindicatos filiados;

- respeitar a autonomia das entidades sindicais integrantes do Sistema Confederativo da CNTS quanto a necessidade, possibilidade e interesse de unificação entre entidades sindicais, podendo a CNTS promover discussão entre as entidades quando necessário.

- realizar debate entre as duas Confederações na busca da unificação entre a CNTS e CNTSS;

- promover debate para discutir a possibilidade de filiação a uma central sindical;

- apresentar ao Sistema Confederativo da CNTS proposta de Campanha de Filiação Nacional Unificada dos trabalhadores da saúde, informando sobre a retirada de direitos e esclarecendo o papel e atribuições das entidades;

- organizar Banco de Dados de Negociações Coletivas de todos os Estados para subsidiar os sindicatos.

- negociar com a patronal uma pauta mínima para todos os trabalhadores em nível nacional.

- realizar campanha junto às federações para sensibilizar da importância de realização de um acordo guarda chuva a nível estadual ou interestadual;

- quando o Sindicato e/ou a Federação avaliar pertinente, poderá convidar a CNTS a participar das negociações coletivas locais no sentido de fortalecê-las;



Os três temas foram discutidos nos três grupos de trabalho

- dar suporte às entidades filiadas para resolução de problemas jurídicos e questões nos tribunais superiores em Brasília;

- elaborar mapeamento das colônias de férias e lazer das entidades vinculadas ao Sistema Confederativo da CNTS e elaborar uma proposta de utilização compartilhada dessas estruturas para os trabalhadores da saúde.

Tema 3 Sustentabilidade Financeira das Organizações Sindicais do Sistema Confederativo da CNTS

- Fortalecer a articulação no Congresso Nacional para viabilizar o financiamento

das entidades sindicais, apoiando o PL 5552/2019 e acompanhar a tramitação da PEC 196;

- realizar campanha nacional conjunta junto aos trabalhadores para adesão à contribuição sindical voluntária aos sindicatos nos termos da Lei 13.467/2017;

- realizar campanha junto às lideranças sindicais do Sistema Confederativo para que autorizem o desconto voluntário nos seus salários da contribuição sindical;

- as delegadas e os delegados participantes do Congresso Extraordinário da CNTS assumem o compromisso político de estabelecer uma contribuição mensal, emergencial e extraordinária, destinada à sustentação financeira do Sistema Confederativo da CNTS, até que se estabeleça um mecanismo legal que restabeleça o financiamento sustentável do Sistema Confederativo;

- para a sustentabilidade financeira do Sistema Confederativo da CNTS fica aprovada a implementação do pagamento de uma contribuição mensal pelas entidades sindicais filiadas ou vinculadas à CNTS, no percentual de 1% calculado sobre as receitas mensais dos sindicatos recolhidas dos trabalhadores a título de mensalidade sindical, contribuição confederativa, taxa negocial ou assistencial. O repasse à Confederação será realizado mediante depósito identificado ou outra forma indicada pela CNTS. Onde houver Federação do Sistema Confederativo da CNTS, metade desse percentual (0,5%) será destinada à Federação e a outra metade (0,5%) à CNTS. Onde não houver Federação do Sistema Confederativo, o repasse à CNTS será integral na ordem de 1% sobre a arrecadação na forma indicada;

- realizar debate sobre a criação do Sistema “S” da Saúde.



As propostas aprovadas nos grupos foram levadas à plenária geral

Diretor da OIT Brasil ressalta desafios dos trabalhadores da saúde

“Se valorizar os profissionais da saúde é valorizar a vida, promover o trabalho decente no setor da saúde é fundamental para garantir sistemas de saúde eficazes e resilientes”, destacou o diretor da Organização Internacional do Trabalho - OIT no Brasil, Martin Georg Hahn, referindo-se ao tema central do Congresso. Ele ressaltou que os profissionais da saúde enfrentam o desafio de se adaptar a maiores demandas por flexibilidade e produtividade sem comprometer a prestação de cuidados de qualidade.

“Promover o trabalho decente para todas as pessoas é também um pré-requisito para a igualdade de acesso aos serviços de saúde, para a assistência médica de boa qualidade, e para a produtividade nas sociedades. O setor de saúde oferece oportunidades crescentes de emprego, especialmente para mulheres e jovens na chamada economia de cuidados”, destacou, lembrando que o trabalho decente nos serviços de saúde é fundamental para alcançar vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

Segundo Martin Hahn, o setor da saúde enfrenta inúmeros desafios em nível global. “Vivemos isso com a epidemia do coronavírus, que não respeita fronteiras, afeta milhares de pessoas em todo o mundo e causa impactos negativos sobre economias. Em tempos de economias em desaceleração, outro desafio é que o financiamento público limitado para a saúde foi reduzido em muitos países”, disse.

“Em alguns países, os jovens não são atraídos para determinados empregos na área da saúde devido aos baixos salários, às jornadas de trabalho longas e aos riscos de segurança e saúde no trabalho, que se tornam ainda mais evidentes quando falamos da preparação para responder a emergências de saúde pública, sejam elas devidas a novas epidemias, doenças em evolução ou desastres naturais. As preocupações com a falta de proteção social também podem se tornar um desafio”, destacou Hahn.

O diretor da OIT lembrou que o trabalho da assistência médica é em grande parte realizado por mulheres e os déficits de trabalho decente no setor, geralmente, refletem as desigualdades gerais de gênero e preconceitos nas sociedades. Ele citou que o estudo de 2018 da OIT, “Trabalho e emprego na economia de cuidado para o futuro do trabalho decente”, mostrou que as mulheres realizam cerca de 76% do total de horas de trabalho de cuidado não remunerado, mais que o triplo dos homens”.

E finalizou que “o trabalho decente para os e as profissionais de saúde precisa ser considerado no contexto do futuro do trabalho, em particular diante das tendências demográficas que estão impulsionando a alta demanda por profissionais de saúde, dos desenvolvimentos rápidos nas necessidades de saúde da população, inclusive na preparação e resposta a emergências de saúde pública, além de temas como ciência e tecnologia, migração em evolução e mudanças nas relações de emprego no setor”.

Ao encerrar a solenidade de abertura do Congresso, o presidente em exercício da CNTS e presidente da Federação dos Empregados em Estabelecimentos em Serviços de Saúde do Nordeste - Fettesne, João Rodrigues Filho, cobrou do diretor da OIT respostas às denúncias apresentadas pela Confederação e outras entidades a respeito das práticas antissindiais adotadas pelo governo. “Temos várias recomendações da OIT assinadas pelo Brasil e que não são cumpridas”, cobrou.

Ao final de 2019, a ISP, centrais sindicais, sindicatos, federações e confederações, entre elas a CNTS, denunciaram o governo brasileiro junto à OIT por práticas antissindiais que contrariam as Convenções 98 e 151 do organismo. As entidades apresentaram queixas sobre violações de direitos no mundo sindical na área da educação, saúde e no Judiciário dos estados do Maranhão, Tocantins e Ceará.

E cobraram de Martin Hahn, os desdobramentos da denúncia entregue em 2018, com o objetivo de assegurar aos trabalhadores do serviço público o direito à negociação coletiva, sobretudo após a aprovação da reforma trabalhista que atingiu trabalhadores do setor público e do privado. No encontro, o secretário-geral da CNTS, Valdirlei Castagna, falou sobre os problemas que o setor privado enfrenta por conta da reforma trabalhista, como a falta de negociações e a interferência patronal no financiamento sindical.

Julio Fernandes/Ag. Fulltime



Martin Hahn apontou a falta de proteção social e de investimento como desafios da saúde

Combate ao desmonte sindical se faz com conscientização e mobilização da base

Julio Fernandes/Ag. Fulltime

A indagação feita pela assessora jurídica da CNTS na área sindical, Zilmara Alencar, sobre o que fazer para mudar o cenário atual, deixou claro que é preciso que as representações dos trabalhadores reformulem e adotem novas formas de atuação e ação. “É preciso que saíamos daqui, no mínimo, indignados. E essa indignação deve resultar em ações e propostas que sejam efetivadas. Devemos ser protagonistas de ações que possam trazer novas relações de trabalho e atingir uma nova geração de trabalhadores que surgiu”.

Para a advogada, as entidades sindicais devem ter atuação tridimensional: política, social, jurídico/econômica; e perante os três poderes, no sentido de fazer respeitar a Constituição Federal, as convenções internacionais, a legislação ordinária, os atos normativos e os entendimentos/enunciados, que asseguram direitos sociais, previdenciários e trabalhistas. Isso inclui orientar o movimento de trabalhadores visando uniformidade e maior eficácia, capacitação processual e procedimental, com avaliação de riscos e resultados.

Segundo ela, as entidades precisam atuar juridicamente com sustentabilidade, tendo por eixo central os exercícios das prerrogativas sindicais na sua integralidade. A atuação sindical deve ser pautada nos reais interesses e na interação com a categoria, exercer um papel de equilíbrio, buscar a qualificação e métodos alternativos de resolução de conflitos, com participação eficaz em ambientes de discussões e leitura de cenários.

“As entidades devem se planejar e encarar as adversidades como oportunidades para a promoção de mudanças em outro viés: protetivo e em busca de sociedade equilibrada, justa e solidária. Nossas reivindicações não estão tendo repercussão social que levem à indignação e que se transformem em ações”, avaliou a advogada.



Zilmara Alencar, Adair Vassoler, Terezinha Perissinotto e José Reginaldo

“Onde está o trabalhador da saúde?”, indagou Zilmara Alencar, para em seguida ressaltar que as novas tecnologias e legislações alteram as relações de trabalho e, conseqüentemente, a atuação das entidades sindicais. “Os representados da CNTS e suas federações e sindicatos estão nos hospitais, clínicas, assistência em casa. E pelas formas de vínculo são contratados, terceirizados, teletrabalho, trabalhadores de aplicativos, pessoas jurídicas, autônomos, carteira verde e amarela, informais, enfim, uma série de formas. Assim, precisam receber um tratamento diferenciado para que se sintam representados”.

Zilmara Alencar avaliou as propostas em debate no Poder Legislativo que visam mudanças desde o conceito de categoria, organização sindical, representação/representatividade, prerrogativas das entidades, registro sindical,

custeio e unicidade sindical, sistema confederativo e o enfraquecimento da representação dos trabalhadores. “O combate ao desmonte da organização sindical se faz com conscientização e mobilização da base, visando o fortalecimento, e com reformulação das ações sindicais ante as novas formas de contratação”.

Segundo ela, o direito do trabalho está virando uma relação comercial, como se as partes fossem iguais. “A mão de obra nunca chegará próximo à organização patronal se não estiver organizada. Tem de ter uma pauta real, que corresponda aos interesses da categoria, tem de ter momento de integração. Ninguém confia em quem não conhece. Criem mediações de conflito, vamos encarar a crise como oportunidade”, convocou. Ela alertou para o perigo do comodismo, da individualização e da apatia social.

“O movimento sindical deve retomar o protagonismo”

“É preciso aproveitar o momento de desarticulação política para retomar as reivindicações da classe trabalhadora”, apontou o assessor parlamentar da CNTS, André Santos, ao abordar sobre Conjuntura, Perfil e Ações para a Valorização dos Trabalhadores da Saúde. Neste sentido, ele avaliou como prioridade que a proposta deve unir as pautas trabalhista e social, para que sejam transformadas em políticas públicas.

Segundo André Santos, ante a pauta radical da área econômica do governo de Jair Bolsonaro – visando retirar as obrigações do Estado –, proposta não assumida pelo Legislativo, e a agenda do parlamento, dominada pelas reivindicações dos empresários, o movimento sindical deve trabalhar num contexto político de um governo dividido em três núcleos – político, econômico e militar –, com dificuldade de articulação com o Congresso Nacional e restrições orçamentárias, além das complicações por ser ano eleitoral.

“Temos em 2020 um ano legislativo curto e complicado, o que atrapalha o andamento da agenda do governo, cujas propostas são inviáveis para os mais necessitados. É momento de o movimento sindical retomar o protagonismo”, concluiu.

Novas relações de trabalho impõem reorganização dos trabalhadores

A secretária sub-regional da ISP - Internacional de Serviços Públicos, Denise Motta Dau, que também abordou o tema Conjuntura, Perfil e Ações para a Valorização dos Trabalhadores da Saúde, alertou que o momento é de analisar o novo cenário das relações de trabalho e definir formas de atender as demandas da categoria. “As novas tecnologias e a reforma trabalhista impuseram formas diversas de contratação, portanto, é preciso que o movimento sindical se disponha a reorganizar os trabalhadores para enfrentar o momento, que é de alcance internacional, e buscar a valorização do profissional”.

Para a secretária da ISP, sob normas precárias de contratação que deixam a mão de obra vulnerável e com medo do desemprego, a maioria da classe trabalhadora está desmotivada. Ela citou ainda, como complicador, o aumento da presença das empresas multinacionais e internacionais, que veem o Brasil como melhor mercado, não só no atendimento, mas também nas áreas técnica e de equipamentos.

Denise Dau lembrou que 2020 foi aprovado pela Organização Panamericana de Saúde - Opa como o ano da enfermagem e orienta os países que façam investimentos em educação e saúde na ponta para garantir direitos sociais e vida. “A luta do movimento sindical no Brasil e no mundo se fez com reação”, ressaltou.

Tripé da ação sindical continua sendo o direito de negociação, de sindicalização e de greve

“Qual é o nosso papel? Estamos tendo capacidade de influenciar os trabalhadores, o parlamento, a sociedade?”, questionou o secretário de Educação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI, José Reginaldo Inácio, acerca da palestra sobre Fortalecimento e Organização Sindical do Sistema Confederativo da CNTS. Segundo ele, houve um processo de ruptura institucional e é necessário que os trabalhadores tenham ação mais efetiva. Nesse sentido, o movimento sindical deve priorizar o diálogo direto nos locais de trabalho, as atividades na base e ações de mobilização de massa.

O professor avaliou que a economia e o sindicalismo estão à deriva e questionou de quem é a responsabilidade. “Responsabilizar o Congresso pela pasmaceira econômica é moleza, no país em que o senso comum foi envenenado pela mistificação de que tudo é culpa “dos políticos”. Será?” E concluiu: “Só responsabilizar o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, ou o próprio trabalhador, não dá sustentação à ação sindical transformadora”.

Para Inácio, a ofensiva neoliberal sobre o trabalho foi muito mais vasta do que sobre o sindicalismo e visou – conseguindo em muitos

contextos – a desregulação radical do mercado. “Hoje, depois de tantos processos e prisões, é o Direito do Trabalho que se torna réu. Ele é o “Exterminador do Futuro”, o inimigo que supostamente proíbe o país de crescer e impede o trabalhador até mesmo de continuar trabalhando”, ironizou.

A própria ideia da proteção se inverte, explicou. “Num tempo regido pela esquizofrenia, passa-se a acreditar que quanto menor for a proteção, mais empregos irá abrir, ou seja, maior ela será. Vivemos num momento em que o direito do trabalho é o inimigo que su-

postamente proíbe o país de crescer e impede o trabalhador até mesmo de continuar trabalhando”. O professor citou que no país 53,48% da classe trabalhadora estão no desemprego ou na ocupação precária.

Reginaldo Inácio abordou ainda sobre o número de entidades e de dirigentes sindicais; a redução do quadro de sindicalizados; a redução das ações judiciais; as alterações promovidas pela reforma trabalhista; e também sobre a atuação do movimento sindical, ressaltando que o tripé legal da ação sindical continua sendo o direito de negociação, de sindicalização e de greve.

Como diretrizes sindicais, o professor sugeriu escutar e encaminhar os interesses dos trabalhadores; priorizar a luta contra a exploração nas empresas e na reprodução ampla do capital; promover a participação e o protagonismo das massas; abarcar o conjunto da categoria econômica na organização e nas decisões; forjar a ação unitária entre dirigentes, ativistas e toda a base; rejeitar qualquer violação à autonomia orgânica; aprofundar os métodos democráticos de funcionamento interno; colocar as lutas no centro das preocupações; cultivar a solidariedade; entre outras.

Fotos: Julio Fernandes/Ag. Fulltime

